

MOVIMENTOS SOCIAIS E MEIO AMBIENTE: UM OLHAR A PARTIR DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Social movements and the environment: a look from social environmental justice

José Artur Tavares de Brito

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, PE,
Brasil

Informações do artigo

Recebido em 09/03/2024

ACEITO em 08/11/2023

doi>: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n261.p228-254>

Copyright (c) 2024 José Artur Tavares de Brito.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

BRITO, José Artur Tavares de. Movimentos sociais e meio ambiente: um olhar a partir da justiça socioambiental. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*. Salvador/Recife, v. 49, n. 261, p. 228-254, jan./abr.2024. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n261.p228-254>

Resumo

O presente artigo busca analisar e elucidar sobre a perspectiva de um ideal de Justiça Social e Justiça Ambiental relacionados à busca de alternativas para o processo de Globalização neoconservadora que desfigura o ser humano e a natureza. Identificou-se que o neoliberalismo é a face mais perversa do capitalismo porque leva a pauperização da classe trabalhadora e a destruição do meio ambiente comprometendo a vida na terra. Constatou-se que não há saída dentro do modo de produção capitalista porque sua base, seu único sentido e sua dinâmica é a exploração, lucro e acúmulo. Para fazer face a esse desafio e afirmar a dignidade humana e os direitos da natureza – “Mãe Terra/Casa Comum” – a alternativa são os Movimentos Sociais que lutam para a manutenção e aprimoramento da Justiça Socioambiental no desafio de promoção do desenvolvimento sustentável referidos na Agenda 2030 da ONU que tem como um dos objetivos erradicar a fome e garantir a segurança alimentar para todos e todas. À luz da Carta Encíclica ‘*Laudato Si’*, reflete-se sobre o diálogo ecumênico e a conversão como caminho de uma ecologia integral, baseada numa espiritualidade libertária em que a “cultura do cuidado” para com toda a criação propicie uma coexistência harmônica entre o ser humano e a natureza.

Palavras-chave: Justiça socioambiental. Globalização. Espiritualidade libertadora.

Abstract

This article seeks to analyze and elucidate the perspective of an ideal of Social Justice and Environmental Justice related to the search for alternatives to the neoconservative Globalization process that disfigures human beings and nature. It was identified that neoliberalism is the most perverse face of capitalism because it leads to the impoverishment of the working class and the destruction of the environment, compromising life on earth. It appears that there is no way out within the capitalist mode of production because its basis, its only meaning and its dynamics are exploitation, profit and accumulation. To face this challenge and affirm human dignity and the rights of nature – “Mother Earth/Common Home” – the alternative is the Social Movements that fight for the maintenance and improvement of Socio-Environmental Justice in the challenge of promoting sustainable development that is specified in the 2030 Agenda of UN, which has as one of its objectives to eradicate hunger and guarantee food security for everyone. In the light of the Encyclical Letter ‘*Laudato Si’*, it reflects on ecumenical dialogue and conversion as a path towards an integral ecology, based on a spirituality of liberation in which the “culture of care” for all creation provides a harmonious coexistence between the human being and nature.

Keywords: Socio-environmental justice. Globalization. Spirituality of liberation.

INTRODUÇÃO

"Nós somos a Terra, os povos, as plantas e animais, gotas e oceanos, a respiração da floresta e o fluxo do mar. Nos honramos a terra, como o lar de todos os seres viventes. Nós estimamos a Terra, pela sua beleza e diversidade da vida. Nós louvamos a terra, pela sua capacidade de regeneração, sendo a base de toda a vida. Nós reconhecemos a especial posição dos povos indígenas, seus territórios e seus costumes, e sua singular afinidade com a terra. Nós reconhecemos que o sofrimento humano, pobreza e degradação da Terra são causados pela desigualdade do poder. Nós aderimos a uma responsabilidade compartilhada de proteger e restaurar a Terra para permitir o uso sábio e equitativo dos recursos naturais, econômicos e espirituais. Em nossa inteira diversidade somos unidade".

(Preâmbulo da Carta da Terra)

O Desenvolvimento Sustentável é um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. A incursão desse texto quer aprofundar esse conteúdo.

Fazemos questão de sublinhar que as hermenêuticas redutoras não dão conta da realidade atual tão complexa. A visão dualística entre o sujeito (razão humana) e objeto (a natureza), própria da racionalidade instrumental moderna, não permitiu que as éticas que emergiram nesse paradigma rigidamente antropocêntrico fizessem o reconhecimento da natureza em sua complexidade e concretude própria.

Constatamos que, no lado oposto desse pensamento, como reação à mentalidade antropocêntrica, tem surgido um vigoroso movimento ambientalista em cujo interior encontra-se uma corrente sustentada por princípios éticos que defendem uma harmonização intrínseca com a natureza.

São modelos de ética ambiental centrados numa visão biocêntrica em que o indivíduo se dilui no horizonte de um todo igualitário, de modo que a diferenciação fica suprimida e tanto a natureza como o ser humano, paradoxalmente, não são reconhecidos como um outro. Aqui queremos enfatizar que a natureza também é o outro e tem direitos. Como lemos na publicação Direitos da Natureza (2020):

A formulação de uma teoria geral que pretende a construção dos Direitos da Natureza parte da descrição de princípios que se fundam na própria dinâmica da Natureza e se legitimam na conformação natural do sistema de vida. Para além do comportamento ecossistêmico, considera o sistema menor da vida social humana

que inclui o elemento da interculturalidade e da territorialidade (Lacerda, 2020, p. 22).

É nesse sentido que queremos recuperar o sentido unitário que os povos originários dão em sua relação com a natureza. Os povos originários mantêm com a natureza não uma relação utilitarista, mas de participação e comunhão. Na realidade é o pleno sentido que damos a justiça socioambiental. A cultura dominante formulou um paradigma da dominação. Um modelo da exploração e imposição de costumes e crenças. Urge superarmos tanto o antropocentrismo unilateral, desenvolvido pela racionalidade instrumental moderna, quanto o biocentrismo totalizador. Como numa estrada de mão dupla, “abre-se assim o caminho de um diálogo crítico com a teologia cristã da criação na procura de uma ética capaz de compreender a realidade atual, planejar e orientar o agir humano para superar a crise socioambiental” (Cirne, 2013, p. 80).

O Papa Francisco na encíclica *Fratelli Tutti* (2020), diz que somos parte da natureza. Todos os seres vivos possuem o mesmo código genético de base, desde a bactéria que surgiu há 3,8 bilhões de anos, passando pelos dinossauros e os colibris, e chegando ao ser humano, temos os mesmos 20 aminoácidos e as mesmas quatro bases fosfatadas. Quer dizer, somos de fato, e não poeticamente, irmãos e irmãs. Mas não nos tratamos como tais. A dimensão socioambiental que é prima irmã da justiça socioambiental está bem expressa nesta carta encíclica sobre a **fraternidade e a amizade social**.

Ninguém deve fechar-se em si mesmo ou fechar qualquer tipo de fronteira, pois dependemos uns dos outros: “ou nos salvamos todos ou não se salva ninguém”, afirma a encíclica. Além do mais, o mundo foi criado para todos. Essa visão está presente nas grandes tradições espirituais da humanidade: “O sol e a chuva são para todos”.

Os Movimentos Sociais que lutam na linha ecológica estão conectados com a Agenda 2030 que é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. Se faz necessário para erradicação da pobreza que tornou-se o maior desafio global. A Agenda 2030 é um plano de ação promovido por países membros da ONU que reconhecem a erradicação da pobreza como o maior desafio global. No campo das relações socioambientais, mostramo-nos, em palavras, pródigos de cuidados como nossa Mãe-Natureza, com a biodiversidade, com os rios, com as matas e florestas, com os mares, com a fauna, com a flora etc, enquanto nos mostramos frequentemente contraditórios, em

nossas práticas cotidianas, relacionadas com a nossa “Casa-Comum”, por meio de práticas de desperdícios, de insensibilidade para com as plantas e os animais, descomprometidos com os devidos cuidados moleculares de nossos rios, de nossas praias, de nossos mares, de nossas florestas.

Em vista da Agenda 2030 deve-se ter bem claro que é fundamental fazer a síntese entre as concepções: cultura/natureza. Sendo assim estará contemplado o que chamamos de justiça socioambiental. Mas estamos convencidos que as mudanças reais vêm pela vivência do cotidiano, muitas vezes silenciosas. O cotidiano é uma complexa e vasta rede de relações humanas tecidas de numerosos fios, que correspondem à multiplicidade de sentidos de que são portadoras ações e práticas (CALADO, 2004). Nesse caminho o bem vence sempre o mal pelo amor. Esse amor que são gestos concretos entre os seres humanos e a natureza. O mundo será mudado pelo amor, a nova civilização vem pelo bem que é feito. Os movimentos sociais é uma alternativa concreta frente ao modelo social excludente que temos. Para encontrar saídas efetivas na construção de relações socioambientais profícias, não tem como escapar do enfrentamento de questões dessa ordem, nas relações do seu cotidiano.

AÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS FRENTE A BARBÁRIE

O momento que vivemos tempos de degradação civilizacional na sociedade humana em geral e no Brasil em particular. O mais correto, talvez, seja dizer: “Vivemos uma crise civilizacional planetária”. Assertivas sobre este fenômeno que marca os nossos tempos, com uma humanidade doente em um planeta igualmente doente, não são novidade. Também são muitos os estudos e as manifestações de toda ordem que se debruçam sobre a temática dos sintomas crescentes e explícitos do estado de gravidade dessa doença global. Muitos elementos se conjugam para a análise desse diagnóstico, que, segundo estudiosos, intelectuais e lideranças importantes, revela uma situação quase terminal (Boaventura de Souza Santos, Um mundo desalmado, 2023).

A formação do Brasil é sempre um norte de explicação para entendermos o modelo/paradigma e processo que se seguiu. De maneira profunda, para explicar a formação do Brasil, Darcy Ribeiro, fala da Matriz Tupy, Matriz Lusa e Matriz Afro. Nas palavras de Darcy Ribeiro,

o Brasil e os brasileiros, sua gestação como povo surgiu da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com o índio silvícola e campineiro e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos. Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares,

tradições culturais distintas, formação sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo (Ribeiro, 1996, p. 19).

Há várias leituras possíveis de fazer sobre a formação do Brasil. A opção de quem faz pode mudar todo entendimento. Por isso é importantíssimo dar uma olhada em seu passado indígena, colonial, escravocrata e republicano. O ecoteólogo Leonardo Boff (2018) fala da urgência da refundação do Brasil e chama atenção para quatro abordagens feitas de lugares diferentes. Diz que

pode-se considerar a história de mais de 500 anos do Brasil a partir de quatro perspectivas principais: a partir da praia, onde estavam os indígenas na chegada dos portugueses; a partir das caravelas de Cabral e, em geral, dos europeus que aqui aportaram e ocuparam as terras; a partir do colonizador que aqui criou uma empresa internacionalizada, das maiores da época, e a partir do Brasil-nação, como resultado da miscigenação de raças e culturas que para cá vieram e aqui se encontraram e que, num processo histórico-social complexo, construíram bem ou mal o Brasil que temos (Boff, 2018, p.17).

A opção possível para algum futuro para a humanidade tem que ser a leitura a partir dos povos originários. Depois desses séculos de história vivemos uma das maiores crises. O paradigma da conquista e exploração é do capital que não apresenta nenhuma saída. Para um mundo integrado com a vida em que o ser humano é parte da natureza nos propomos a aprofundar os fundamentos da vida na terra.

Em *A vida não é útil* (2020), Ailton Krenak, líder indígena da etnia Krenak, ambientalista, filósofo e escritor, recorre ao rompimento de uma barragem de contenção de resíduos, que poluiu mais de 600 quilômetros de rio, para afirmar que quando nós despersonalizamos os rios, nós os tornamos em resíduos industriais e extrativistas. Assim ele se expressou: “Não sei se vamos sair dessa experiência da mesma maneira que entramos. É como um anzol nos puxando para a consciência. Um tranco para olharmos para o que realmente importa” (Krenak, 2020, p. 13).

Segundo o sociólogo português, Boaventura de Souza Santos (2002), hoje é quase consensual nas ciências sociais a ideia de que o colonialismo não terminou com as independências políticas das colônias europeias que ocorreram entre o início do século XIX e o final do século XX. O que terminou, mas nem sequer totalmente, foi uma forma de colonialismo, o colonialismo histórico caracterizado pela ocupação territorial por parte de um país estrangeiro.

Na realidade nós temos atualmente muitas outras formas de colonialismo. A independência política, a soberania, foi muito condicionada por dependências econômicas e financeiras, contratos desiguais, privilégios concedidos às empresas das antigas potências colonizadoras, expulsão de camponeses para dar lugar a mega-projectos de desenvolvimento, que degradam o meio ambiente e pauperizam a vida sobre a terra.

O princípio colonial da inferioridade etno-racial do outro, de que o colonialismo interno e o racismo são as expressões mais evidentes se expande para toda a natureza e ser vivente. A inferiorização e demonização do outro por via do racismo é uma constante da civilização ocidental (talvez de outras), tal como foi durante séculos o anti-semitismo e o anti-povo romano, e tal como é hoje a islamofobia (Santos, 2002).

O colonialismo é uma realidade latente na história. Ao mesmo tempo que subjuga as pessoas acontece com o ambiente como um todo. Tudo vira negócio, mercadoria. Há, sem dúvida, uma complexidade nas relações entre sociedade e natureza, evidenciada mais intensamente pela profunda crise ambiental que hoje vivemos, faz-se necessária uma reflexão ética cujo horizonte seja demarcado por uma perspectiva relacional e integradora capaz de superar posicionamentos redutores e fragmentados como nos alerta Cirne (2013) quando diz:

Tanto a concepção socioambiental de natureza quanto a importância da sociobiodiversidade são temas que devem ser levados em consideração na complexa questão do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento não deve ser enquadrado num pensamento único: deve ser pensado no plural. Isso significa respeito às identidades locais – sempre em articulação com escalas mais globais – e ao direito de cada povo de construir a sua própria história (Cirne, 2013, p. 201).

É fundamental retomar o debate sobre o fundamento dos movimentos sociais populares. Iniciamos por refrescar a memória de elementos axiais, característicos do nosso processo organizativo e formativo, e de mobilização, vivenciado em décadas passadas. Sobretudo no final dos anos 70 inícios dos anos 80 do século passado, no Brasil e na América Latina. Houve um florescer de consciências libertárias. Foi um tempo de muita luta contra os regimes ditatoriais na América Latina. Muito militantes foram forjados nas comunidades eclesiais de base tendo a Teologia da Liberação como impulsionadora de muitas lutas de libertação.

Se faz necessário compreender a relação da Teologia da Libertação com o marxismo e a influência desse movimento na organização das lutas populares em nosso continente Latino-americano. Muitas lutas de libertação aconteceram acompanhadas de movimentos sociais. A título de exemplo destacamos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil. Este movimento social chamado MST segue rigorosamente os ditames da Constituição Cidadã de 1988. A Carta defende o uso social da terra, que deve respeitar o meio ambiente e ser produtiva. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos movimentos populares mais importantes do Brasil, que luta por um direito básico, a reforma agrária, e representa cerca de 500 mil famílias assentadas e 100 mil acampadas.

Criado em 1984, o MST tem como objetivo a luta pela democratização da terra e a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis. É um movimento social que faz a luta política casada com o cuidado com o meio ambiente e a soberania alimentar. É, no mínimo, uma vergonha constatar que no século XXI os únicos países que não fizeram reforma agrária na América Latina foram Brasil, Argentina e Uruguai. O modelo de propriedade da terra que ainda perdura em nosso país é o das capitâncias hereditárias. E a relação de muitos proprietários de terras com seus empregados pouco difere dos tempos de escravidão. De fato, a constituição de uma sociedade baseada na dinâmica do mercado econômico não considera a inclusão social dos marginalizados, pelo contrário, utiliza a exclusão de muitos para atender as necessidades de poucos. Assim o sociólogo Jessé Souza destacou que “o Brasil pós-abolição manteve uma organização social estruturada sobre diversas formas de opressão, porém não mais dos senhores sobre os escravos, mas daqueles que se, julgam portadores de valores europeus contra pobres, índios e africanos” (Souza 2017, p. 38).

Historicamente era muito claro que os instrumentais marxistas levavam adiante um esforço continuado em fazer uma análise objetiva da realidade, isto é, potenciar o empenho numa leitura acurada. Para um movimento social autêntico deveria priorizar conceitos tais como: “Modo de produção”, “Formação social”, “luta de classes”, “Mais valia”, “Classe Trabalhadora”, “Consciência de Classe”, “Estado”, “Alienação”, cuja aplicação se buscava sempre ancorar em relevantes princípios como o do Movimento, o da Transformação.

O sociólogo Alder Júlio Calado (2000), fazendo uma descrição desse processo formativo escreveu:

Eram princípios como estes que, trabalhados à base da prática como critério de verdade, ajudavam os militantes – homens e mulheres – a ter claras distinções tais como origem de classe, posição de classe, protagonismo nas decisões tomadas pela

base, alternância de cargos e funções, a função de delegação, entre outras. Mas, não se tratava apenas de ter clareza sobre tais conceitos. Mais importante ainda se sentia a necessidade de se examinar se e como cada um deles se aplicava ao contexto concreto, também no exercício de análise de conjuntura. De modo semelhante, tínhamos como fundamental um cuidadoso exercício (coletivo e pessoal) de levantar sobre a realidade em análise os mais diversos ângulos sob os quais ela precisava ser analisada, isto é, não se poderia contentar com um exame apenas, do ponto de vista econômico, mas igualmente examinar como os fatos econômicos se associavam organicamente ao contexto político e cultural (Calado, 2000, p. 33).

Hoje, bem mais do que em décadas passadas, o capitalismo segue ameaçando a vida do planeta e dos humanos, sob as mais diversas formas. Também no Brasil, têm-se multiplicado, a olhos vistos, os sinais de barbárie.

Não satisfeitas com escandalosas margens de lucros, “as elites do atraso” (Souza, 2017), as oligarquias multibilionárias empenham-se em ampliar ainda mais sua lucratividade, sempre à custa do crescente empobrecimento da enorme maioria de nossa população. Referimo-nos ao setor financeiro, cujas margens de lucro, em determinadas operações, tais como as do cartão de crédito ou do cheque especial, alcançam as nuvens, com uma lucratividade correspondendo a mais de 300% cobrados como juros nos cheques especiais. Um verdadeiro assalto legalizado! Por outro lado, os setores dominantes de nossa sociedade seguem com sua sede insaciável de lucro.

Portanto, nas nossas atuais condições sócio-históricas, cujo resultado apresenta para nós a certeza de que não há saída humanizadora, nos quadros impostos pelo Capitalismo. Com o capitalismo não tem saída. O neo-liberalismo é a face mais perversa do capitalismo. O Papa Francisco é uma voz contundente nesse sentido e diz que o neoliberalismo espalha o “vírus do individualismo” (Francisco, 2015).

Qual a saída diante da barbárie? Para fazer face a este desafio a saída é contar com a força dos Movimentos Sociais. E essa força está nos movimentos cotidianos dos que assumem uma perspectiva de mudança. Podemos elencar com certa facilidade diversas experiências de reconhecido potencial alternativo ao modelo vigente. Em várias regiões do Brasil, iniciativas revolucionárias têm vindo a lume, seja no cuidado com a qualidade das sementes, com o manejo da terra e da água, seja com os critérios quanto ao quê e ao como plantar e cultivar, seja com relação à distribuição dos produtos. E o que é fantástico é a partilha solidária do que é produzido quando se faz necessário.

Já há alguns anos, vários Movimentos Sociais do Campo vêm protagonizando as feiras agroecológicas, com reconhecido sucesso, pelo seu potencial inovador, carregado de alternatividade frente à lógica mercantil hegemônica.

As feiras agroecológicas se espalham pelas praças centrais e até em universidades em várias regiões do país. Outras tantas iniciativas também se acham em curso, seja nas organizações feministas, seja nas iniciativas de organização do povo negro, seja nas experiências protagonizadas pelos povos indígenas, seja por meio de experiências inovadoras em curso em tantas comunidades e favelas espalhadas pelo nosso país.

Quando falamos em meio ambiente, com frequência aparece uma visão naturalista, que enfatiza o meio físico-biológico, sendo a natureza compreendida como o mundo natural, autônomo e independente da interação com o mundo cultural humano. Estamos certos de que lutar pela natureza é defender a vida em todas as esferas, numa afirmação da justiça socioambiental.

DEFENDER A VIDA, LUTAR PELA JUSTIÇA, COMBATER A FOME

"Sonhamos com um mundo justo, estruturalmente justo, em que todos os seres humanos encontrem condições para uma vida digna e segura, em que a diversidade cultural seja uma expressão da face multiforme de Deus, refletida em todos os aspectos de sua criação" (Arturo Sosa, Geral da Companhia de Jesus).

Na história recente da sociedade apontam-se dois marcos que despontam como fenômenos iniciais para o avolumamento de conjuntos populacionais em movimentação no mundo: a Segunda Guerra Mundial e a globalização. O primeiro estar relacionada com a expansão do totalitarismo na Europa e teve como causa direta o expansionismo germânico naquele período deixando um oceano de tragédias sociais e ambientais no decorrer do século XX. O segundo significou a expansão do capitalismo *moderno* pelo mundo e deu início à chamada *globalização que também é predadora em relação ao meio ambiente*.

Embora a globalização seja um fenômeno de cunho econômico, político e social que marca a integração dos diferentes países por meio de tecnologias de transporte e comunicação não ficou restrito somente a essa esfera. É impossível, como já se deduz, separar os desastres sociais e ambientais das últimas décadas da globalização e sua característica neoliberal. O mundo se polariza entre regiões cada vez mais ricas e outras cada

vez mais pobres. Por um lado, defende-se que o capital e as mercadorias possam circular livremente, mas o mesmo não ocorre com os trabalhadores/as e os pobres em geral.

Segundo Jessé Souza, sociólogo e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada¹ (Ipea), afirma que no Brasil, há uma elite que não se preocupa com o povo; pelo contrário, é uma elite de rapina que quer drenar o trabalho de todos e saquear as riquezas do país para o bolso de meia dúzia (Souza, 2017). Podemos buscar, na prática dessa elite, a exploração dos recursos naturais do país tendo apenas um objetivo tirar vantagem econômica.

De fato, as minorias excluídas (no Brasil maiorias), negros, índios e a população economicamente desfavorecida são os mais afetados pela inexistência de Justiça Ambiental que, inegavelmente, é de fundamental necessidade. Não necessita de muito esforço para perceber que em situações de extrema pobreza, os indivíduos excluídos da sociedade não possuem compromisso algum para evitar a degradação ambiental, se a sociedade não é capaz de impedir sua própria degradação como seres humanos (Cortina, 2020).

O recifense Josué de Castro (1908-73), médico e geógrafo, reconhecido internacionalmente pela publicação de *Geografia da fome* (1946) e *Geopolítica da fome* (1959), com a metáfora homem-caranguejo, criada para designar uma nova espécie de ser humano que habitava os mangues do Recife. Compreende-se outra atualização da metáfora original, a partir da hipérbole homem-gabiru. Isso aconteceu pelas mudanças ocorridas no espaço urbano, guiadas pela lógica capitalista, os mangues foram sendo aterrados. O ser humano do campo, expulso da terra pelo latifúndio, passa a integrar outra paisagem, troca o mocambo pela favela, levando sempre consigo a velha companheira: a fome. "Daí o homem-gabiru que come restos - quando come - esconder-se dos outros homens e não ter alternativa no meio em que vive" (Andrade, 1992, p. 11).

A fome é uma chaga que jamais deveria acontecer. Já na década de 1940, o poeta Manuel Bandeira (1986, p. 283-284) "espantava-se" com uma determinada situação na sociedade e assim poetizou seu espanto:

¹ O Ipea é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e a reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem.

Um olhar na perspectiva da justiça socioambiental nos remete a uma abordagem antropológica que considera a vida em todas as suas formas dentro da grande rede de relações e interdependências da biosfera. A vida humana é compreendida como parte de uma realidade maior, rejeitando-se, portanto, o dualismo ser humano/natureza, desenvolvido pela racionalidade técnico-científica, em favor de um relacionamento responsável e harmonioso com o mundo natural no qual se reconhece um valor em si mesmo, mas a nossa realidade nos apresenta um diagnóstico terrível.

O desastre mais vergonhoso e o mais cruel é provocado pela fome. Esse tema, no Brasil, é um problema histórico que, após uma queda considerável nos Governos do presidente Lula (2003-2010) e da presidente Dilma (2011-2015)², voltou a crescer nos últimos anos e afeta, hoje, uma parcela em torno de 15,5% da população do país. Convivem com a escassez de alimentos em torno de 33 milhões de pessoas no território nacional, especialmente nas áreas rurais e nas regiões Norte e Nordeste. Em números, cerca de 125 milhões de pessoas vivem com algum grau de insegurança alimentar. De fato, é uma tragédia que leva as pessoas a procurarem sobreviver – e um caminho possível é partir, migrar para procurar meios de viver em um mundo escandalosamente desigual onde a posse de bens vale mais que a pessoa humana.

²Com a instituição do programa Bolsa Família, 36 milhões de brasileiros puderam sair da extrema pobreza. De acordo com o relatório *O estado da insegurança alimentar no mundo – 2014*, divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Brasil reduziu em 82% a população em situação de subalimentação entre 2003 e 2014.

Relatório da ONU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Pnud - 2023), divulgado em julho, aponta o Brasil como o terceiro pior índice de desigualdade no mundo. Quanto à distância entre pobres e ricos, nosso país empata com o Equador e só fica atrás de Bolívia, Haiti, Madagáscar, Camarões, Tailândia e África do Sul. Impressionante que o Brasil tem as piores taxas de distribuição de renda do planeta. Entre os 15 países com maior diferença entre ricos e pobres, 10 se encontram na América Latina e Caribe. Mulheres (que recebem salários menores que os homens), negros e indígenas são os mais afetados pela desigualdade social. O que permite a redução da desigualdade é, em especial, o acesso à educação de qualidade. No Brasil, em cada grupo de 100 habitantes, apenas nove possuem diploma universitário.

A abordagem que estamos fazendo está entrelaçada com o ambiente como um todo. Que tudo está relacionado já é consenso. Nesse sentido o tema antropológico representado no binômio cultura/natureza é uma questão central. O ser humano é fazedor de cultura e intervém na natureza. Ele, em grande medida, não percebe que é parte da natureza. Ele é natureza sendo um ser cultural e simbólico. Uma das principais vertentes da socialização é enculturação que o ser humano faz a partir do nascimento e segue com a vida. Dentro da vivência da cultura o ser humano é convidado a ser alguém de partilha. Começando pela cultura que não é propriedade de um indivíduo, é de todas as pessoas de uma sociedade. Nesse sentido a sociedade e a cultura são inseparáveis, elas são a forma de viver do ser humano.

Com o domínio da globalização capitalista neoliberal, também as empresas industriais, comerciais e financeiras dispensam trabalhadores, substituídos por novas máquinas e computadores. Tudo somado, cresce o número de pessoas que partem para outras regiões ou países em busca de oportunidades de trabalho para sobreviver.

A Injustiça Ambiental se consolida com o sistema neoliberal. A política neoliberal de que tudo está à venda, inclusive o bem mais precioso para a manutenção da vida – o meio ambiente ecologicamente equilibrado – garante a afirmação da Injustiça Ambiental. Nesse sentido o meio ambiente passa a ser tratado como mercadoria, sendo “coisificado” e instrumentalizado. Os recursos naturais passam a ser lucrativos e daí demanda todo tipo de espoliação.

O paradigma neoliberal de fundir a questão ambiental com a questão econômica e desenvolvimentista procurou conceber a natureza como mercadoria. Tudo é vendido! Terra,

planta, casa, água etc. Sendo assim, as decisões em prol das necessidades de exploração dos recursos ambientais seriam tomadas pelo tal “mercado” a fim de se obter lucro em detrimento de resultados devastadores para o meio ambiente local, proporcionando miséria para a população nativa das regiões onde seria extraída a matéria natural.

Diante de um desafio do tamanho de um iceberg como implementar a justiça socioambiental? A Globalização desenfreada, o mercadológico, restringe a probabilidade de plenitude das condições mínimas de sustentabilidade dos cidadãos, pois a carência social mina as condições ambientais das atuais e futuras gerações. O Estado Democrático de Direito exige a solidariedade material, não apenas formal. Que o Estado seja garantidor de uma justiça para todos porque uma sociedade só é justa quando os cidadãos usufruem de condições concretas – amparadas democraticamente – garantindo o equilíbrio social.

A constituição brasileira é clara ao se referir a defesa do social e ambiental. A Carta Magna brasileira é clara se tratando deste tema e mais evidente são os Art. 6º e o Art. 225º, respectivamente: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição; Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Desde a promulgação da Constituição não se fez mudanças efetivas nesse sentido. Alfredo Gonçalves, do Serviço Pastoral dos Migrantes³, se refere ao abismo social e ambiental em que vivemos:

A concentração de riqueza e da renda como contraface da pobreza e exclusão social constitui o lado visível do mercado. A globalização econômica e o crescimento a qualquer preço estão contaminados pelo vírus da injustiça e da desigualdade social. O aumento da produção e da produtividade favorece unicamente os que habitam o andar superior da pirâmide social, deixando os habitantes da base em disputa por migalhas. Disso resultam maior nível de desemprego, subemprego, trabalho temporário e migração. Segundo a Carta Encíclica *Populorum Progressio* (1967), do Papa Paulo VI, o crescimento puro e simples, embora apresentado como remédio para a crise, não produz o “desenvolvimento integral”. “Economia que mata”, diz, por sua vez, o Papa Francisco. (Gonçalves, 2022, p.412).

³ O Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) foi criado, oficialmente, em 1986. Trata-se de um organismo vinculado ao Setor Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O Papa Francisco tem sido enérgico em relação à desumanidade do sistema que deixa à margem milhões de pessoas e força migrações em todo o mundo. Em sua encíclica *Fratelli tutti* (2020), o Papa exorta a fraternidade e a amizade social e aponta que são caminhos para construir um mundo melhor. Francisco faz um ataque a teorias conservadoras de economia, que ele chama de dogmáticas. Para ele, a ideia de que o mercado resolve tudo é um dogma de fé neoliberal (Francisco, 2020).

Francisco resolve integrar documentos com sua marca na Doutrina Social da Igreja e incorpora documentos como a *Laudato si*, que clama por um “urgente desafio de proteger a nossa casa comum”, buscando um “desenvolvimento sustentável e integral” (Francisco, 2015, p.5); bem como a carta encíclica *Fratelli tutti*, que trata sobre a fraternidade e a amizade social, tendo como objetivo levar o ideal “duma fraternidade aberta, que permite reconhecer, valorizar e amar todas as pessoas independentemente da sua proximidade física, do ponto da terra onde cada uma nasceu ou habita” (Francisco, 2020, p.1).

Essa linha de reflexão faz duras críticas ao sistema capitalista. O próprio sistema faz uma análise acrítica e pretensamente “neutra” com relação à ordem socioeconômica e à política capitalista. Por trás dessa pretensa “neutralidade”, esconde-se a ideologia dominante⁴.

Já faz um bom tempo que vivemos em um contexto de globalização como já vimos nesse texto. Com isso, em relação à economia, os ricos ganham e os pobres perdem. Para entender a ilusão que se esconde por trás da globalização, usemos uma metáfora: a globalização é uma maré de riquezas que, supostamente, ergue todas as embarcações; os transatlânticos e os iates navegam melhor, os botes a remo fazem água e alguns vão a pique rapidamente.

Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (2002, p.13):

A globalização neoliberal corresponde a um novo regime de acumulação do capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social é mais bem

⁴A noção de ideologia pode ser compreendida como um *corpus* de representações e de normas que fixam e prescrevem, de antemão, o que e como se deve pensar, agir e sentir. Com o objetivo de impor os interesses particulares da classe dominante, esse *corpus* produz uma universalidade imaginária.

organizada quando organizada sob a forma de mercado. A consequência principal desta dupla transformação é a distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades produzidos pela globalização neoliberal no interior do sistema mundial, residindo aí a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres no interior do mesmo país.

Essa manifestação da globalização levou a uma desigualdade econômica tremenda. Significa a riqueza concentrada nas mãos dos dominadores, que podem ser países, empresas, grupos ou pessoas.

Quando os europeus chegaram ao Nordeste do Brasil, no século XVI, a terra era povoada por milhares de seres humanos, a quem chamaram índios, que falavam diferentes línguas e dialetos (Peregrino, 1990). Sabemos que o contato entre essas duas culturas foi de conflito permanente. Imaginemos quanto deslocamento forçado aconteceu. Muitos jesuítas, naquela época, denunciaram as arbitrariedades praticadas por aqueles que viviam da caça de indígenas; além de escravizá-los, esbulhavam o que possuíam, sob qualquer pretexto. Como a resistência indígena no Sertão era intensa, os conflitos com os colonizadores resultaram não só na escravização de diferentes povos, mas, principalmente, em muitas guerras de extermínio.

Os povos indígenas resistiram e migraram para o Sertão do Nordeste. Eram acuados pelo avanço do gado e das fazendas, prontos a subir pelas serras, lugares de refúgio. Em torno das serras, criaram-se habitações. No meio de um Sertão árido, que eternamente põe à prova a coragem e a resistência, esses povos espalharam-se para outras regiões do Brasil.

O Manifesto da Comissão Indígena 500 anos (1999), expressando o clamor de 98 diferentes povos originários, denunciou com veemência: “os conquistadores chegaram com fome de ouro e sangue, empunhado em uma das mãos armas e na outra a cruz” (Peregrino, 1990, p.15), para abençoar e recomendar as almas das vítimas. Acumular riquezas era o lema, mesmo que dissesse que era para dilatar a fé e o império. Grande desafio humanitário foi resistir a tanta barbárie. A colonização e a escravidão criaram estruturas mentais que estão submersas em nossas instituições e no imaginário, especialmente das classes dominantes, herdeiras da casa-grande. Mas vale salientar que a historiografia marca que houve bastante luta entre os interesses da casa grande e da senzala. Nossa história está carregada de lutadores sociais.

Um aspecto muito fecundo a ser observado é perceber a doação solidária e libertadora de mulheres e homens independente de ter credo religioso ou não. A fecundidade está na verdadeira doação que é símbolo de uma densidade humana e consistência ética. Em suma, é fundamental perceber a espiritualidade presente nesse chão que chamamos solidariedade humana. É nesse sentido que podemos dizer que a espiritualidade tem uma dimensão antropológica profunda e que está presente em todo ser humano.

III. O 'cuidado da casa comum' como caminho de espiritualidade libertadora a serviço da justiça socioambiental

Vivemos tempos de degradação civilizacional na sociedade humana em geral e no Brasil em particular. Assertivas sobre este fenômeno que a humanidade enfrenta hoje não são novidade. Também são muitos os estudos e as manifestações, de toda ordem, que se debruçam sobre a temática dos sintomas crescentes e explícitos do estado de gravidade dessa doença da humanidade. Muitas coisas se misturam nos diagnósticos dessa situação, que, segundo alguns, é quase terminal (José Ivo Follmann, *O 'cuidado da casa comum' como caminho de espiritualidade e justiça*).

O desenvolvimento humano e a preservação ambiental devem ser entendidos como uma moeda que tem duas faces. A Província dos Jesuítas do Brasil publicou que

a promoção da justiça socioambiental se refere a todas as ações que têm como objetivo colaborar para a superação das injustiças presentes em nossa herança histórica e reproduzidas pelo atual modelo de desenvolvimento extrativista, predatório e financeiro, gerador de desigualdades sociais e de agressões ambientais. Trata-se basicamente de todas as relações que o ser humano empreende: as relações com Deus; as interpessoais, de geração, de gênero, étnico-raciais, religiosas, culturais, sociais, políticas, econômicas e, também, com os dons da natureza. Só um amor profundo pelo mundo assim como Deus o amou, enviando seu próprio filho, é capaz de restabelecer a justiça socioambiental, isto é, garantir a equidade nas relações entre desenvolvimento humano e preservação ambiental (Braga, 2021, p.21).

A promoção da justiça aponta para um conjunto articulado de dimensões do ser humano comprometido com a causa. O diálogo com as culturas e as religiões é fundamental para uma humanidade nova. A luta pela justiça socioambiental para ser completa tem que contemplar as tradições espirituais que primam pela vida integral que envolve o ser humano simultaneamente a natureza. Todas as religiões, além de promover o encontro com a divindade, buscam uma humanização do ser humano, pois todas dão centralidade ao amor,

à solidariedade, à compaixão e à reverência face ao Sagrado. Nesse sentido Leonardo Boff (1993) diz que

a espiritualidade é uma expressão para designar a totalidade do ser humano, enquanto energia, sentido e vitalidade. [...]. Significa viver segundo a dinâmica própria da vida e revela um lado exterior nas relações sociais com os outros seres humanos e com a natureza e um lado interior que se realiza como diálogo com o eu profundo, com o grande ancião e anciã que moram dentro de nós, com o mistério que nos habita e que chamamos Deus, mediante a contemplação, a interiorização e a busca do próprio coração (Boff, 1993, p. 139).

O que seria realmente a justiça socioambiental? Os pesquisadores/as e estudiosos/as do tema introduz uma resposta dentro do paradoxo justiça e meio ambiente. Dessa forma, Henri Acselrad (2005) deixa claro que

Justiça Ambiental é uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos no bojo de um movimento de expansão semântica dos direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Na experiência recente, a justiça ambiental surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais, alterando a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstâncias, produzindo mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental (Acselrad, 2005, p. 223).

Há uma cena relatada na literatura bíblica que retrata a metáfora da mulher encurvada. A citação é Lc 13, 10-13. Mulher encurvada que, de alguma forma, representa a condição das mulheres no contexto da época, encurvadas pelo peso de uma sociedade patriarcal, preconceituosa e de forte marginalização. Encurvada também pela sensação de culpabilidade e pecado diante da lei religiosa intolerante e da opinião pública, ambas facilmente interiorizadas.

A metáfora da *mulher encurvada* dar margem para pensarmos vários tipos de encurvamento. Encurvamento do pobre e oprimido e da natureza. Poderia se estender à “nossa casa comum”, na expressão do Papa Francisco. A mãe Terra, efetivamente, representa nos tempos que correm um organismo vivo, sem dúvida, mas encurvado. As mudanças climáticas se abatem sobre ela com uma violência e uma rapidez cada vez mais devastadoras. A alternância sempre mais irregular e imprevista de frio e calor levados ao extremo revelam um organismo agitado e febril, que caminha a passos acelerados para um aquecimento global tantas vezes previsto e denunciado. Sucessivos furacões, ciclones,

estiagens e inundações, entre outras catástrofes, fazem com que a Terra, mãe que deve ser fonte de vida e cuidado com sua continuidade, venha a se tornar lugar de fuga e de morte.

Vários cientistas fazem um alerta que é preciso mudar a postura frente as questões climáticas. Esse alerta ficou mais patente com o terrível evento da Covid-19 que ameaçou a humanidade. De fato, superamos, em grande parte, as ameaças representadas pela Covid-19 que por três anos colocou em risco a vida da humanidade. Lições da pandemia ficaram: parar de agredir ao meio ambiente, combater as desigualdades sociais e criar um sistema de saúde público universal.

Nosso planeta, com efeito, não suporta o ritmo e a carga de destruição em cima dele patrocinada pelo poderosos do dinheiro do mundo. Os grandes não possuem nenhuma preocupação que vá além de seus interesses materiais. Todas as políticas até agora pensadas e projetadas pelo G-20 visam salvar o sistema econômico-financeiro, com correções e regulações (que até agora não foram feitas) para que tudo volte ao que era antes. Uma verdade precisa ser dita: O que os estudos apontam é que natureza, cada vez com mais intensidade e frequência, está nos alertando sobre o que vem por aí.

A historiografia crítica moderna relata que desde o século XVI o propósito de todo o projeto, está assentado sobre a vontade de poder que se traduz pela vontade de enriquecimento que pressupõe a dominação e exploração ilimitada dos recursos e serviços da Terra. "No Brasil o paradigma era e continua sendo da conquista e da exploração" (Boff, 2018, p. 18).

O lucro e a acumulação de capital não podem seguir sendo os motores da relação entre Natureza, de um lado, e Humanidade, de outro. Outros tipos de relação são possíveis e positivos, como nos ensinam numerosas experiências ao redor do globo. Nesse sentido o Papa Francisco diz que "o ser humano é protagonista, o centro e o fim de toda a vida econômica-social" (Francisco, 2015, p. 127). Mais do que a *exploração* até as últimas possibilidades do solo, subsolo, água, ar e florestas e animais, além da força de trabalho humana, torna-se urgente cultivar a *convivência* e o *cuidado* com as coisas e as diversas formas de vida, a biodiversidade.

Aqui podemos falar do debate sobre o Estado Democrático Ecológico de Direito. Esse debate vem ganhando força nos âmbitos social, político e acadêmico. É fundamental buscar alternativas para superação do crescimento da crise socioambiental e nas lutas sociais em

fortalecimento da defesa da natureza em diversos espaços do mundo. Essa consciência e esse reconhecimento leva uma legião de pessoas a lutarem e muitas delas movidas por uma convicção de fé religiosa.

A Terra está encurvada! Qual o papel da fé em geral, e de cada religião em particular, para contribuir com a cura dessa enfermidade, devolvendo ao planeta o direito e o dever de ser mãe?

Iniciando o século XXI pairava um sentimento que as guerras eram coisas do passado. Ledo engano! Em pleno século XXI a humanidade é obrigada a conviver com a tragédia das guerras. A guerra na Ucrânia tornou-se algo menor depois que assistimos a tragédia da guerra na Palestina. Na historiografia crítica já é quase um consenso que em Gaza aconteceu um massacre, genocídio, uma limpeza étnica praticada pelo estado de Israel. Qualquer dicionário básico vai definir limpeza étnica como remoção ou eliminação de determinados grupos étnicos numa região, com o objetivo de torná-la etnicamente homogênea calcada nos conceitos de época do higienismo. Tudo isso resvala nos aspectos social e ambiental.

As guerras, em geral, acontecem para beneficiar grandes empresas produtoras de armamentos e governos de países ricos e essas guerras acontecem quase sempre em regiões periféricas e pobres, da Ásia, da África e do leste europeu. inimizade entre os povos. Mas em um cenário bastante conturbado qual o papel da espiritualidade? Uma espiritualidade que leve em conta a dimensão socioambiental tem que ter os pés no chão.

Em quase todos esses conflitos, as religiões que deveriam ser fonte de paz e de amor acabam muitas vezes servindo como fator conflitivo e desunião. Nesse sentido assumir a militância na causa da justiça socioambiental exige-se fazer o casamento entre a fé e a política. Já dizia o bispo sul-africano Desmond Tutu: “Não há nada mais político do que dizer que a religião nada tem a ver com a política” (Betto, 2010, p. 13). Não podemos esquecer que foi sob o símbolo da cruz que a colonização ibérica na América Latina promoveu o genocídio de 30 milhões de indígenas e o saque das riquezas naturais. Os recursos naturais foram vilipendiados. Também sob a silenciosa cumplicidade da Igreja católica, mais de 10 milhões de negros foram trazidos da África como escravos para o nosso continente. Segundo Frei Betto (2010):

Não se trata de vincular a fé e política somente quando se refere aos atuais processos de libertação. Isso seria ideológico, no primeiro sentido que Marx atribuiu a este termo, ou seja, uma tentativa de camuflar os fatos com uma racionalização

que separa, na linguagem, o que se encontra unido na realidade. O fato de fé política estarem sempre vinculados em nossas vidas concretas, como seres sociais que somos – ou animais políticos, na expressão de Aristóteles – não deve constituir uma novidade (Betto, 2010, p. 14).

Esse casamento indelével entre fé e política nos leva para uma “visão integral” (WILBER, 2007, p. 33). Essa visão provoca um processo existencial que nos faz passar de um estágio etnocêntrico para uma dimensão cosmocêntrica. Se faz necessário hoje realmar o mundo e para isso a dimensão da espiritualidade é um elemento muito importante para construir um novo humanismo. Nesse caminho alguns enfoques surgidos nos últimos anos vêm contribuir enormemente para mudança de paradigma.

Junto às religiões, são também sempre lembradas tradições não-religiosas. O “cuidado da alma da humanidade” e o consequente “cuidado da casa comum” estão presentes, de múltiplas formas, em toda essa pluralidade da tradição humana, comportando um colorido infindável de caminhos na busca espiritual. Em todos estes caminhos somos surpreendidos por exemplos de testemunhos de pessoais e grupos que vivem intensamente uma espiritualidade encarnada. O monge Marcelo Barros (2019) nos lembra que a espiritualidade ecumênica é uma força muito grande para vencer os desafios do mundo atual.

A espiritualidade ecumênica, vinda das antigas tradições da humanidade e, especificamente os caminhos espirituais, inspirados pela tradição judaico-cristã devem assumir essas compreensões contemporâneas e com elas dialogar. Podem mesmo inserir-se nos caminhos que essas percepções atuais abrem. No entanto, para elas sempre será importante lembrar a intuição já presente nas culturas indígenas e afrodescendentes (Barros, 2019, p. 217).

A humanidade está ferida e ameaçada de morte. É urgente realmar a humanidade. No rol das iniciativas que apontam para superação de um mundo desalmado o Papa Francisco faz um convite a repensar a forma como cuidamos de nossa casa (Oikos), propondo uma economia refundada nos valores do cuidado e do amor: a Economia de Francisco e Clara (2023). Temos diante de nós apenas uma história e não duas. É fundamental superarmos o dualismo no qual fomos formados. Do mesmo modo, não podemos pensar que a espiritualidade seja um caminho diferente ou além da caminhada que fazemos cotidianamente para nos converter interiormente e para transformar o mundo.

O “cuidado da casa comum” é uma das indicações mais originais e completas que chama para uma espiritualidade nos tempos presentes. É uma “fórmula” consagrada pelo Papa Francisco na sua encíclica *Laudato Sí*, em 2015.

O ano 2015 foi muito especial para a defesa do meio ambiente. Em Maio foi lançada a primeira encíclica papal totalmente dedicada aos temas do meio ambiente tendo como pano de fundo a ecologia integral.

O “cuidado da casa comum” é uma das indicações mais originais e completas que chama para uma espiritualidade nos tempos presentes. É uma “fórmula” consagrada pelo Papa Francisco na sua encíclica *Laudato Sí*, em 2015. Percebe-se claramente que o Papa Francisco se acerca dos melhores e mais recentes dados que a ciência possui.

É preciso e urgente proteger o planeta das constantes e cada vez mais agudas intervenções com que o ser humano o vai destruindo sem dar conta que se está a prejudicar a si mesmo. Da destruição dos recifes de coral ao “escândalo da fome”, da destruição de habitats à degradação da vida humana, dá-se conta que se estão a desaparecer espécies e a diminuir a qualidade de vida dos seres humanos.

No que estar presente em todo texto da encíclica é que acreditar num Deus criador é condição desse diálogo com os crentes, reconhecer que só temos este planeta é a base do diálogo com os não crentes. A todos é lançado o desafio do cuidado da casa comum quando está em causa a sobrevivência e a qualidade de vida de cada um de nós e daqueles que habitarão esta casa. A encíclica propõe que haja um diálogo e que se realize a nível internacional, entre as grandes instituições e as nações, ao nível local entre todos os agentes, entre a política e a economia e das religiões com a ciência. Para acontecer mudanças significativas e combater uma realidade cruel com o ser humano e a natureza o Papa propõe um novo estilo de vida que denomina “ecologia integral”.

O termo “ecologia integral” passa a ser um norte em toda discussão para se alcançar o bem comum e que o seja de fato. A “paixão pelo cuidado” deve levar a uma conversão, interior e integral. A encíclica *Laudato Si* (2015) convoca todas as pessoas a uma “conversão ecológica” que deve se sustentar por uma espiritualidade integral que se sobressai as dimensões de gratidão, gratuidade, liberdade, compaixão, criatividade, humildade, simplicidade. É nesse caminho que nascerá uma “cultura do cuidado” com base na responsabilidade pelo outro que nos levará a uma espiritualidade ecológica que hoje representa o novo paradigma civilizacional.

Recordamos que durante a Rio+20, conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro, em junho de 2012, os 193 Estados membros da organização discutiram o desenvolvimento sustentável, ou seja, uma forma de evoluir atendendo às necessidades da geração atual, sem comprometer a existência das gerações futuras. Foi nessa ocasião que surgiram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um plano de ação com 17 objetivos globais para serem cumpridos até o ano de 2030, a fim de que todos os países cresçam e cooperem nessa agenda de sustentabilidade.

O caminho de uma espiritualidade libertadora convoca urgentemente todas as pessoas a abandonarem a lógica do domínio, da exploração e do desperdício. É colocar em prática os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU aprovados para alcançar até 2030 a erradicação da pobreza como o maior desafio global. Assim podemos elencá-los: erradicar a pobreza em todas as suas formas e lugares, erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável, assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. A partir do sexto objetivo encontram-se as questões mais “verdes” como garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos, assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos. Surgem depois várias questões de natureza mais económica - promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho digno para todos, construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação, reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Por fim, os últimos seis que têm um pouco de todas as dimensões - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos, conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade, promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes,

responsáveis e inclusivas em todos os níveis. O último objetivo, fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, prende-se com as parcerias que devem ser fortalecidas quer internacionalmente, quer mesmo dentro dos países, em todos os setores.

Agora é momento de encontro e de criar laços de paz como caminho de conversão ecológica, em prol duma relação pacífica entre as comunidades, em geral, e a terra, entre o presente e a memória, entre as experiências e as esperanças. Uma conversão ecológica chama-nos a atenção para uma responsabilidade e um compromisso ambientais, associados aos valores éticos do respeito, da compaixão e da solidariedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bom é poder sentir que a vida da gente tem um significado maior para outras pessoas, que a gente não vive para si. Que podemos encontrar um sentido para viver servindo à Igreja, à humanidade e à felicidade dos outros [...]. Acredito que toda pessoa que procura dar sentido maior à sua vida, servindo à humanidade, se empenhando em todas as ações e manifestações da vida do povo vive mais plenamente e tem prazer em viver (Veloso, 2018, p.29).

A necessidade de construir multidisciplinarmente a Justiça Ambiental significa a conjunção de muitos esforços. Sem dúvida, necessita-se de diversas áreas do saber, o pensar e o agir contributivo que tende a melhorar e, também, ao incessante diálogo produzido pelas diversas áreas sociais.

Tem que haver um comprometimento de construção individual e coletiva. Todos devem estar fundamentalmente engajados na busca pelo saber tensionado, direcionado a concretização da Justiça Ambiental, fundamento que propicia a toda a sociedade, sustentabilidade e preservação da vida.

É de fundamental importância que a Justiça Social e a Justiça Ambiental devem ser almejadas de forma que estejam situadas como garantias constitucionais efetiváveis por políticas públicas de Estado, sendo prioridades no que concerne a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Garantindo a Justiça Social e a Justiça Ambiental que, incontestavelmente, são os princípios basilares de uma democracia justa, estaremos fortalecendo e avançando para o cumprimento da Agenda 2030 proposto pela ONU.

Para dar uma parada no meio do caminho, nada melhor do que escutar o poeta moçambiquenho Mia Couto, que fala do entrelaçamento cultural que deve-nos levar avançar no processo de humanização do mundo:

Aconteceu-me a mim o oposto do que sucedeu com Pedro Álvares Cabral: encontrei você, Brasil, pensando que era a minha própria terra. Não tive nem barco, nem mar. Quem viajou foram vozes brasileiras que entraram na minha casa como se não houvesse porta. Essas vozes falavam de uma nação distante que guardava África nas suas raízes e misturava África nas suas sementes. Na minha varanda, desembarcou o mar de Dorival Caymmi, desembarcaram os versos de João Cabral, de Bandeira, desembarcou a prosa de Drummond, Amado, Machado, Rosa e Graciliano. Havia um idioma que era o de Moçambique, mas que já era um outro. E havia um lugar que me abraçava com os meus próprios braços. Esse parentesco era motivo de orgulho dos moçambicanos que, enchendo o peito, avisavam o mundo: olha que temos um irmão que se chama Brasil! Em 1975, já Moçambique livre e independente, chegaram dezenas de brasileiros que fugiam do regime militar que se tinha instalado à força em Brasília. Esse país que eu idealizara como um lugar de afeto e harmonia era, desde 1964, governado pelo ódio, pelo medo e pela violência. Os brasileiros que buscavam refúgio político em Moçambique eram pessoas tão generosas, solidárias e afáveis e era difícil aceitar que a maior parte deles tivessem sido perseguidos, presos e torturados. Finalmente, em 1987, viajei para o Brasil, dois anos depois da democracia ter sido reinstalada. Foi como encontrar finalmente um pretendente com quem, durante anos, namorei por carta. Neste caso, não houve desilusão. Pelo contrário, a paixão pela gente e pela terra brasileira não me deixou ver a ruga e a mácula. Encontrei um Brasil que eu tinha romantizado. Sob essa capa de docura e afabilidade havia uma outra dimensão de violência que era filha e neta da brutalidade colonial. Eu tinha visitado você, Brasil, como aqueles sujeitos que clamam serem cegos para raças e, desse modo, não são capazes de ver o racismo. Essa cegueira seletiva fez com que, décadas depois, me surpreendesse o fato de os brasileiros terem eleito para presidente um homem que declara sentir saudades da ditadura e que celebra como referência moral um torturador no regime militar. Um presidente que substitui o diálogo pela ameaça das armas e que manifesta a maior indiferença perante a morte e o sofrimento dos seus compatriotas. Houve, admito, um Brasil que foi mais sonho do que realidade. Mas este você de hoje é um pesadelo bem real. O meu maior desejo é que os brasileiros superem de vez e para sempre esta sua passagem pelo inferno. O Brasil que ganhou o respeito do mundo não pode ser representado senão por alguém que celebra a vida e que defende o tesouro maior da nação brasileira: a infinita diversidade do seu passado e pluralidade do seu futuro. Não é apenas um desejo pessoal. É uma certeza: você vai-se levantar, vai sacudir a poeira e vai dar a volta por cima. (Couto, 2022, p.13).

Esse texto de Mia Couto ajuda-nos a concluir nossa reflexão, destacando que a esperança deve ser sempre nossa companheira. Os momentos de crise político-social que estamos vivendo oferecem-nos a ocasião de repensar o país ou “concluir a refundação” (BOFF, 2018). Vivemos uma realidade de capitalismo selvagem que traz como consequência uma absurda concentração de renda com consequências terríveis para o meio ambiente. Tudo isso é fruto do processo de colonização e escravidão. A cultura do senhor e do escravo, como da casa-grande e da senzala, marca nosso processo histórico. Além do mais, nossa

democracia sempre foi de baixa intensidade e controlada pelas classes financeiramente detentoras do poder.

No Brasil, sempre que as classes populares através dos seus movimentos sociais erguiam a cabeça e conseguiam algum avanços, ocorria um golpe. Foi assim com o Quilombo dos Palmares-AL (1695), com a Cabanagem-PA (1835), com Canudos-BA (1897) e tantos outros movimentos. As classes dominantes tinham medo de que os direitos chegassem a prevalecer sobre os privilégios históricos. A deposição da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e os atos terroristas aos Três Poderes da República, no dia 08 de janeiro de 2023, devem ser lidos dentro dessa ótica. Em vez de reclamar da vida, "levantar a cabeça, sacudir a poeira e dar a volta por cima" é um hábito do povo brasileiro. Enfrentar a vida e conseguir tudo com muita luta e garra.

Este texto quis ser expressão dos - ambientalistas e lutadores/as sociais – que agem para implantação da justiça socioambiental. Termino com uma antiga benção irlandesa que expressa uma grande benção da natureza para continuarmos o caminho:

Que o caminho seja brando a teus pés,
o vento sopre leve em teus ombros.
Que o sol brilhe cálido sobre tua face,
as chuvas caiam serenas em teus campos.
E até que eu de novo te veja,
Deus te guarde na palma de sua mão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. '**Homem-gabiru**: a ausência de alternativas? (Prefácio)'. Em T. Portella; D. Aamot e Z. Passavante, *Homem-gabiru: catalogação de uma espécie* São Paulo: Hucitec, 1992.

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental**: Narrativas de Resistência ao Risco Social Adquirido in Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: MMA, 2005.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2020.

BANDEIRA, Manuel. '**O bicho**'. Em *Obra completa* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.

BARROS, Marcelo. **Teologias da libertação para os nossos dias**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BETTO, Frei; BOFF, Leonardo. **Mística e espiritualidade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRAGA, Deividson. **Justiça socioambiental**. São Paulo: Loyola, 2021.

BRASILEIRO, Eduardo. **Realmar a economia**. A economia de Francisco e Clara. São Paulo: PAULUS, 2023.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em. Acesso em 15 de Set. de 2023.

BOFF, Leonardo. **Brasil**: concluir a refundação ou prolongar a dependência. Petrópolis: Vozes, 2018.

BOFF, Leonardo. **Mística e espiritualidade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, Mundialização, Espiritualidade**. São Paulo: Ática, 1993.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Movimentos Sociais e Cidadania**. Um enfoque multifacetado. João Pessoa, 2000.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Fios do cotidiano. De quem tece soli(t)dário**. João Pessoa: Ed. Buscas, 2004.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. A fome no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Cruzeiro, 1946.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. Rio de Janeiro: Ed. Cruzeiro, 1959.

CIRNE, Lúcio Flávio Ribeiro Cisne. **O espaço da coexistência**. Uma visão interdisciplinar de ética socioambiental. São Paulo: Ed. Loyola, 2013.

CORTINA, A. **Aporofobia, a aversão ao pobre**: um desafio para a democracia. São Paulo: Contracorrente, 2020.

COUTO, Mia. **Escritos contemporâneos**. São Paulo: Literatura, 2022.

FRANCISCO, Papa. **Carta encíclica Fratelli tutti**. São Paulo: Paulinas, 2020.

FRANCISCO, Papa. **Fratelli Tutti**: sobre a fraternidade e a amizade social. 2020. Disponível em: <http://bit.ly/3kPBuVq>. Acesso em: 06 out. 2022.

FRANCISCO, Papa. **Laudato si**: sobre o cuidado da casa comum. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3JGpD6H>. Acesso em: 06 out. 2022.

GONÇALVES, A. J. **Retratos da metrópole**. São Paulo: CEM, 2022.

LACERDA, Luiz Felipe. **Direitos da Natureza**. Marcos para a construção de uma teoria geral. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.

PEREGRINO, Artur. **Voz do sangue que clama da terra**. Recife: CPT, 1990.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. Prefácio. In: SOUSA SANTOS, B. de (org.). **Producir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso:** da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VELOSO, Reginaldo. **Diário de família:** anotações sobre o cotidiano familiar da família Veloso. Mimeo: 2018.

WILBER, Ken. **A visão integral.** Uma introdução à revolucionária abordagem integral da Vida, de Deus, do universo e de tudo mais. São Paulo: Cultrix, 2007.

Dados de autoria

José Artur Tavares de Brito (Artur Peregrino)

Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e Mestre em Antropologia pela UFPE; Prof. do Curso de Teologia na UNICAP e membro do Instituto Humanitas - IHU UNICAP; pesquisador do Grupo de pesquisa UNICAP/CNPq Religiões, identidades e diálogos, na linha de pesquisa Diálogos inter-religiosos; membro do Grupo de Peregrinas e Peregrinos do Nordeste – GPPN. E-mail: artur.peregrino@unicap.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6520-5184>.